“PRA BURRO SÓ FALTA PENA”: DESLOCAMENTO SUBJETIVO ATRAVÉS DE PROVÉRPIO

CLAUDETE MORENO GHIRALDELO¹

Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP
Av. Shishima Hifumi, 2911 - Urbanova
12244-390 - São José dos Campos – SP

clau.cmg@gmail.com

Resumo. Neste artigo, a autora examina alguns postulados sobre os provérbios, baseada no arcabouço teórico da Análise do Discurso francesa e da psicanálise lacaniana. Para isso, a autora toma os provérbios do ponto de vista de quem os ouve, mais do que isso, escuta-os.

Palavras-chave: Provérpio; alocutário; deslocamento subjetivo.

Abstract. The author examines some postulates about proverbs based on the theoretical framework of French Discourse Analysis and Lacanian psychoanalysis. For this purpose, the author discusses the use of proverbs based from the viewpoint of the listener.

Keywords: Proverb; recipient; subjective movement.

INTRODUÇÃO, OU “QUEM CONTA UM CONTO, AUMENTA UM PONTO”

[...] Antigamente, certos tipos faziam negócio e ficavam a ver navios; outros eram pegados com a boca na botija, contavam tudo tintim por tintim e iam comer o pão que o diabo amassou, lá onde Judas perdeu as botas. Uns raros amarravam cachorro com linguça. E outros ouviam cantar o galo, sem saber onde. As famílias faziam sortimento na venda, mandavam o carnicheiro pôr na conta e arrematavam qualquer quitanda que passasse à porta, desde que o moleque do tabuleiro, quase sempre um cabrito, gritasse “ô de casa” e não tivesse catinga. Acolhiam com satisfação a visita do cometa, que, andando por ceca e meca, trazia as novidades de baixo, ou seja, do Rio de Janeiro. Ele vinha dar uma prosa e deixar de presente ao dono da casa um canivete roscofe. [...] (Carlos Drummond de Andrade. *Antigamente. In: Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1964.)

¹ Docente do programa de pós-graduação *Psicanálise: teoria e técnica*, da Universidade do Vale do Paraíba (Univap), São José dos Campos, SP.

O estudo dos provérbios e de outras frases feitas (dito, provérbio, máxima, clichê, *slogan*, dentre outras) – Paremiologia, como é denominado – já ocupou, e vem ocupando, muitos dias, anos, da vida de muitos pesquisadores nos estudos da linguagem, nas mais variadas áreas e abordagens teóricas, como a Lexicografia/Lexicologia, Semântica, Pragmática, Retórica, Análise de Discurso de base enunciativa, Análise de Discurso francesa, dentre outras. O olhar para o objeto, as maneiras de estudá-lo e classificá-lo mudam conforme o ângulo por onde se toma-o (o que não é novidade alguma), assim como a profundidade que se atinge em cada estudo, de acordo com o que permite o referencial teórico, metodológico e analítico de cada área.

A partir da psicanálise lacaniana e da Análise de Discurso francesa (AD), Tfouni (2004) entende tais expressões linguageiras, que materializam saberes de um ou mais discursos, considerando as formações discursivas às quais se ligam, por “genéricos discursivos”. Esses genéricos – que sintetizam saberes em comum, que se valem de diferentes figuras de linguagem e de pensamento, postos em circulação a todo momento, seja oralmente seja pela escrita –, como era de se esperar, ultrapassam os estudos científicos. Já ocuparam e vem ocupando também as penas, as canetas, teclas e teclados de escritores, músicos, jornalistas, seja para reforçar o conteúdo de tais enunciados, seja para questioná-lo, muitas vezes por meio do humor, o que mostra o quanto sua forma fixa, aparentemente inquestionável, pode ser tornar muito frutífera – aliás, mesmo quando usada sem nenhuma modificação. No campo artístico, só para ficarmos entre os brasileiros, cito três produções de três grandes mestres da palavra: a crônica de Drummond, que abre este artigo, constrói uma dialogia entre diversos provérbios; a música “Bom conselho”, de Chico Buarque de Holanda, que desconstrói (não destrói!) alguns provérbios, produzindo, assim, outros efeitos de sentido; e o livro *Fábulas, fabulosas*, de Millôr Fernandes², que, por meio de algumas fábulas clássicas, desconstrói (insisto: não destrói!) tanto a narrativa como a “moral da história” de cada uma delas, parte das fábulas que já criou asas tal como os provérbios, que, em geral, condensam uma narrativa.

Dois estudos sobre o tema são Reboul (1975) e Maingueneau (2004), este na área da Análise de Discurso de base enunciativa e aquele na área da Retórica, que tem como centro o estudo de *slogans*, estudos que os tomo para uma discussão sobre os provérbios, considerando que são muito citados em teses, dissertações e artigos sobre provérbios, tanto em pesquisas nas respectivas áreas em que os dois se assentam, como em pesquisas de outras áreas da Linguística. Neste artigo, no entanto, tomo esses estudos como ponto de partida para apresentar algumas reflexões sobre o uso de provérbios, a partir do quadro de referências teórico da AD e da psicanálise lacaniana. Minha expectativa com este texto é que, de alguma maneira, ele sirva como mais um ponto para outros pesquisadores ao estudarem o tema, a ser dado (des)crédito, considerando que o conhecimento é sempre provisório, em outras palavras, “é verdadeiro até prova em contrário”.

² FERNANDES, Millôr. **Fábulas fabulosas**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1985.

“QUEM PROCURA ACHA”, OU ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS PROVÉRBIOS

Ao comparar *slogans* a provérbios, Reboul (1975)³ expõe as características dos provérbios, que podem ser sintetizadas assim: (i) resumem, em geral, uma narrativa; (ii) são intraduzíveis; (iii) passam um ensinamento de maneira sumária; (iv) os destinatários são anônimos; (v) são curtos, podendo ser uma frase nominal ou até mesmo um sintagma; (vi) aproximam da oralidade, podendo transgredir a gramática da língua escrita; (vii) apresentam rimas, repetições, ritmos, metáforas e outras figuras de linguagem e pensamento. A primeira característica é ponto pacífico entre os pesquisadores das diversas áreas, que tomam os provérbios como objeto de estudo; são as demais que destacam, a fim de problematizar o uso dos provérbios.

“São intraduzíveis” (item ii, da lista acima). Para fazer essa afirmação, depende do que se entende por tradução. Se se considerar que traduzir é transpor o conteúdo termo a termo de uma língua para outra, numa “tradução literal”, caso isso fosse possível, alguns deles seriam mesmo intraduzíveis; no entanto, se considerarmos o conteúdo a ser transmitido, são passíveis de tradução, como o provérbio “O costume faz a lei”, que tem correspondentes em francês, *L’usage fait la loi*; em italiano, *L’uso fa la legge*; em espanhol; *Costumbre hace ley*; e em inglês, *Custom rules the law* (XATARA, 2008). Ao se considerar o quanto o conteúdo de um provérbio pode ultrapassar fronteiras, é considerar também os que são mais comuns em determinadas culturas, enquanto em outras são inexistentes.

Pela AD, podemos entender um provérbio como uma condensação de um saber de uma formação discursiva, entendendo esta como um conjunto de saberes sobre um determinado objeto, já que todo saber pressupõe uma prática discursiva definida, e esta se define pelo saber que ela contribui para formar (FOUCAULT, 1987[1969]). Lembrando que uma mesma formação discursiva comporta a contradição entre seus saberes e práticas discursivas. Assim, sobre um mesmo valor social poderá haver provérbios que vão em diferentes, ou até mesmo opostas, direções, criando contradições.

Considerando a distância tanto cultural e sobretudo da língua húngara em relação à nossa cultura e língua, tomemos um provérbio húngaro: “A vida é como a escada para o galinheiro, curta e cheia de merda”, que enunciado para diversos brasileiros, em variadas circunstâncias, de cada dez que ouviram, apenas dois perceberam a ironia. Não raro, esse provérbio costuma causar estranhamento, quando o alocutário considera o locutor⁴ pessimista, ou que as coisas não estejam tão bem para ele, chegando ao ponto até de oferecer ajuda... raramente o alocutário capta a ironia do provérbio. No Brasil de umas quatro décadas para cá, a ironia tem se tornado, muitas vezes, como ofensa, provocação, de um locutor para um alocutário, não como uma brincadeira com a linguagem, como um ato discursivo para se pensar sobre determinado tema, se divertir com a linguagem, como

³ Reboul (1975) em seu livro *Slogan*, como o próprio título já sinaliza, tem como objeto de estudo os *slogans*, produzidos não apenas na área da publicidade e propaganda, mas em outros contextos, como o político, por exemplo, não se dedicando exclusivamente ao estudo de provérbios; no entanto, ao comparar os *slogans* a provérbios, faz uma síntese das características dos provérbios.

⁴ Vou me valer dos termos “locutor”, para me referir àquele que fala ou escreve, e “alocutário”, para o que ouve ou lê, a fim de manter duas das denominações praticadas na AD e na psicanálise, de modo especial no texto de Chemama (2002).

é muito comum em países da Europa Central, como Hungria, República Checa, Eslováquia, Áustria, Alemanha. É comum no Brasil quando se usa uma ironia precisar explicá-la ao alocutário, ou fazer uma ressalva de que não se quer ofender, de que é apenas uma brincadeira (os enunciados mais comuns nessas circunstâncias são: “Eu só estou brincando com você!”, “Não leve a mal, é só uma brincadeira!”). Basta uma rápida busca na Internet para percebermos os inúmeros textos escritos midiáticos nos quais o termo “ironia” é evocado como sinônimo de destrato, ofensa, do locutor para com o alocutário. Parece-me que nos distanciamos muito da época de Machado de Assis, cujos textos são coalhados de ironia e, considerando sua popularidade em vida, é de se supor que seus leitores da época não só compreendiam as ironias como as apreciavam. A auto-ironia para nós tem se tornado, então, ainda mais grave para o alocutário, que, muitas vezes, se mostra, de fato, preocupado com o bem-estar de quem a enunciou. Há um outro aspecto cultural no provérbio húngaro que, dados os invernos rigorosos com neve na Hungria e toda a Europa Central, diz respeito à forma como os galinheiros são construídos, que é sempre acima do solo, abrigos de madeira com rampas com degraus para as aves acessarem; enquanto no Brasil, por ser um país de clima tropical, são comuns os galinheiros serem construídos sobre o solo. Outra característica entre essas duas culturas, húngara e brasileira, é o emprego do termo “merda”, que os dicionários brasileiros registram como “tabuísmo”, enquanto tal termo em húngaro não é considerado tabu, nem mesmo termo chulo. Isso vale também para os idiomas alemão, checo ou eslovaco. Com esse exemplo, é possível conjecturar que há certos valores sociais, morais, mais comuns em uma sociedade do que em outras; assim como, de acordo com a sociedade, há predominância de provérbios que se valem mais ou menos de figuras de linguagem/pensamento, ou se valem de provérbios mais diretos. Nestes dois provérbios seguintes, por exemplo, “Mesmo com quatro patas, o cavalo tropeça” (provérbio húngaro), “Errar é humano” (provérbio brasileiro), ambos transmitem o mesmo conteúdo, porém de formas diferentes, o húngaro se vale de uma metáfora, enquanto o brasileiro é direto. Vale trazer um provérbio bem típico nosso: “Quem não gosta de samba é ruim da cabeça ou doente do pé”. Com esses exemplos, podemos considerar que os provérbios mesmo ultrapassando fronteiras quanto ao conteúdo (o que seria da ordem do universal), guardam peculiaridades (o que seria as particularidades locais).

Nessa direção e ancorada na AD, Indursky (2013) nos mostra como, por meio de pré-construídos provenientes do interdiscurso, alguns provérbios são (re)significados no intradiscurso, dialetizando, assim, o funcionamento de sua “trajetória de sentidos” na análise de provérbios. A autora toma o provérbio “Deus ajuda quem cedo madruga” e seus correspondentes em francês, *À qui se lève tôt, Dieu aide et prête la main*, e em espanhol, *A quien madruga, Dios lo ayuda*, mostrando que se inscrevem na mesma formação discursiva religiosa, “um saber que atravessa as fronteiras geográficas e linguísticas” (p. 94). Próxima a essa forma do provérbio, uma outra é apresentada em francês, *“Le monde appartient à ceux qui se lèvent tôt”* (“O mundo pertence aos que acordam cedo”), mostrando que, nesse caso, apesar de ser uma retomada do saber da “formulação-origem”, há um rompimento com a formação discursiva religiosa e uma identificação com uma outra formação discursiva, denominada pela autora de “laica”. Uma outra ocorrência analisada pela autora é a desidentificação da forma-sujeito com o discurso religioso, que pode ser tão forte e de forma antagônica, como é o caso do provérbio “Quem cedo madruga fica com sono o dia inteiro”, cuja deriva de sentido o faz migrar para uma outra formação discursiva, *“à própria exploração-dominação do capital”* (itálico da autora).

Voltando a Reboul (1975), juntamente a essa característica de que seriam “intraduzíveis”, é comum se afirmar que seriam “atemporais”, provavelmente por estarem em circulação há milênios, considerando o que se conhece dos mais antigos textos escritos, tanto do lado ocidental como oriental. Pela perspectiva teórica da AD, tal “atemporalidade”, como se fosse “a-histórico”, é apenas um efeito de dissimulação de sua emergência em um discurso e, conseqüentemente, em uma materialidade linguística, pois as condições de produção amplas e restritas são determinantes para a emergência de um determinado enunciado e não outro (PÊCHEUX, 1990[1969]; PÊCHEUX; FUCHS, 1990[1975]), ou de seu silenciamento, entendido tanto pelo que deixa de enunciar por conta de censura ou por não fazer parte das “escolhas” do locutor, como pelo que, ao enunciar, silencia diversas outras possibilidades de enunciados que caberiam no mesmo lugar da materialidade linguística (ORLANDI, 1997). Então, é de se questionar se um mesmo provérbio produziria os mesmos efeitos de sentido quando enunciado hoje ou há quatro ou cinco décadas em uma mesma região geográfica.

Assim como são evidenciados alguns provérbios pela frequência de uso, como sabem os lexicógrafos/lexicólogos, outros caem em desuso. Na epígrafe que abre este artigo, publicada em 1964, portanto, escrita no mesmo ano ou antes até, temos uma pequena amostra de como alguns provérbios caem no gosto popular e outros simplesmente, no desgosto, como caiu em desuso o dito “andando por ceca e meca”, cujo significado é “andar por toda parte à procura de algo”, sendo o significado dicionarizado de “ceca”, “lugar indefinido” e meca, se refere à cidade Meca, da Arábia Saudita. A considerar a crônica “Antigamente”, tal expressão já teve seus dias de glória, igualmente como o provérbio “O bom vinho escusa pregação”, os quais, hoje, parecem simplesmente não serem usados.

Retomando a característica seguinte dos provérbios, “Passam um ensinamento de maneira sumária” (item iii, da lista acima). É certo que os provérbios sintetizam saberes de uma narrativa, impossível de se saber a origem; são comuns em contos populares de tradição oral (contos de fada, ou maravilhosos, fábulas, neste último caso é comum aparecer como “Moral da história”), em narrativas religiosas, as bíblicas são as mais comuns, mas também podem se fixar a partir de enunciados, orais ou escritos, de pessoas publicamente conhecidas, que caem no gosto popular e se tornam ditos, provérbios. Há uma forte crença de que os provérbios passariam (quase) sempre um ensinamento, o que é uma falácia, pois podem ser usados com variadas finalidades além de ensinar, como nos lembra Xatara (2008), eles podem “aconselhar, consolar, advertir, repreender, persuadir ou até mesmo praguejar” (p. 35). Acrescento que um provérbio pode ser posto em circulação para o locutor a fim de provocar o alocutário, para ele se vangloriar de que tem amplo conhecimento geral, para verificar se o alocutário é capaz de compreender o provérbio, para criar humor, para calar o alocutário, dentre outras possibilidades. A enunciação de um provérbio é, ao mesmo tempo, da ordem do consciente e do inconsciente do locutor, que poderá enunciar-lo sem se dar conta por que o enunciou em uma tal situação, assim como é a interpretação pelo alocutário, da ordem do consciente e do inconsciente, ao mesmo tempo. Retomando Pêcheux (1990[1969]), o esquecimento nº 1, está no nível do interdiscurso, e o esquecimento nº 2, no do intradiscurso, na materialidade linguística; para o locutor, os esquecimentos estariam no nível do inconsciente e do consciente, respectivamente, entendendo que “consciente” não se trata de um locutor que controlaria plenamente seu dizer; teria um certo controle para escolha

de algumas formas de linguagem, mas sem saber as razões de sua escolha, já que seu dizer se inscreve em determinadas formações discursivas, dado o trabalho do mecanismo ideológico de interpelação do sujeito (PÊCHEUX, 1988[1975]).

Dessa maneira, os provérbios tanto não passam um ensinamento *de forma sumária*, pois pode-se estabelecer diálogo com muitos deles, desconstruindo-os, por exemplo, como aponto na *Introdução*, citando os textos de Drummond, Chico Buarque e Millôr Fernandes. Como bem diz Chemama (2002, p. 46), “O provérbio, de fato, nem sempre tem resposta para tudo. Ele pode não funcionar. É uma discussão, mesmo acabada, pode sempre ser recomeçada com um novo provérbio.”

“O destinatário é anônimo” (item iv, da lista). A AD nos ensina que uma forma linguística – materialidade linguística – passa a existir quando é enunciada, quando é posta em circulação sob certas condições de produção e, assim, produz efeitos de sentido entre locutor e alocutário(s) (PÊCHEUX, 1990[1969]; PÊCHEUX; FUCHS, 1990[1975]; PÊCHEUX, 1988[1975]). Ainda que um texto publicitário ou jornalístico se dirija para um público não específico, ele conterà as diversas imagens (na instância do imaginário) de quem o produziu, conforme jogo de imagens proposto por Pêcheux (1990[1969]) e retomadas por Pêcheux e Fuchs (1990[1975]). Ou ainda que um pesquisador tome alguns provérbios para estudo não efetivamente enunciados em determinados contextos, como é o caso de Indursky (2013), cuja primorosa análise mobiliza conceitos diversos da AD, como memória discursiva, interdiscurso, intradiscurso, pré-construído, reforçando ainda mais que para produzir efeitos de sentido o destinatário não é anônimo.

“São curtos, podendo ser uma frase nominal ou até mesmo um sintagma”; “aproximam da oralidade, podendo transgredir a gramática da língua escrita”; “apresentam rimas, repetições, ritmos, metáforas e outras figuras de linguagem e pensamento” (itens v, vi e vii, respectivamente, da lista), o que, comparados aos *slogans*, faria dos provérbios fórmulas simples e de fácil compreensão. Nem sempre um provérbio é de fácil compreensão, ainda que, por ser apresentado com estrutura sintático-semântica simples, por ser curto e ter ritmo e rimas, possa imprimir a ilusão de que assim o seja. Sem contar que para uma criança a compreensão de provérbios se mostra muito complexa, sobretudo quando se valem de metáfora, ambiguidade, homofonia... Pude constatar isso em projetos de pesquisa em AD junto a crianças com idades entre 7 e 12 anos (GHIRALDELO, 1993), assim como atesta a pesquisa de Ferrari e Siqueira (2020), calcada na Linguística Cognitiva, junto a crianças com idades entre 7 e 10 anos, considerando que os provérbios são em língua materna. Acrescento que mesmo um adulto poderá ter dificuldade para interpretar um provérbio quando em contato pela primeira vez, apesar de, rapidamente, poder identificá-lo como provérbio, dada sua forma sintática e o ritmo. Em língua estrangeira, poderá ter uma complicação a mais. Vale, aqui, lembrar o exemplo do escritor francês Jean Paulhan⁵, trazido por Chemama (2002), sobre a dificuldade de Paulhan em usar os provérbios na língua malgaxe, quando viveu em Madagascar, ainda que já tinha um bom domínio desse idioma. É comum a dificuldade a muitos para enunciar um provérbio em língua estrangeira, ainda que tenha um bom domínio do idioma e ainda que possa compreender seu significado quando o ouve ou o lê. Ao fazer as afirmações expostas em v, vi e vii, o pesquisador provavelmente está

⁵ PAULHAN, J. L'expérience du proverbe, em *Commerce*, Cahier V, 1925. Retomado em *Œuvres Complètes*, Cercle du livre précieux, t. II.

considerando sua própria capacidade de compreender e de usar os provérbios, assim como as maneiras como são usados em textos midiáticos ou publicitários, que também são produzidos por locutores adultos e, muitas vezes, com invejável nível de formação educacional, formal ou familiar.

Maingueneau (2004) apresenta as seguintes características dos provérbios: (i) são curtos; (ii) é comum serem estruturados de forma binária (“tal pai, tal filho”); (iii) é comum se valerem de rimas (“Faça o bem e não olhe a quem”); (iv) apresentam partes com igual ou aproximado número de sílabas; (v) são estruturados em simetrias sintáticas ou semânticas entre duas partes (“Cabeça não pensa, corpo padece”); (vi) são, em muitos casos, compostos por palavras arcaicas; (vii) são generalizações que não se sustentam numa situação de enunciação particular; (viii) são proferidos em tom sentencioso, apresentam um *ethos* específico. Dessas características dos provérbios, são as três últimas que me interessam problematizar.

“São, em muitos casos, compostos por palavras arcaicas” (item vi, da lista). Talvez isso valha para os provérbios mais comuns em francês, ou outro idioma, pois o que se observa em diferentes regiões do Brasil por meio de veículos midiáticos (imprensa, TV, rádio) é o uso de provérbios com palavras muito comuns ao cotidiano. O que parece determinante para tornar um provérbio mais difícil de ser interpretado é a linguagem figurada e a condensação sintático-semântica em que se apresenta na materialidade linguística, como estes: “Língua não tem osso”; “Rio torto se passa dez vezes”; “Em casa de ferreiro, espeto é de pau”; “Tal pai, tal filho”.

“São generalizações que não se sustentam numa situação de enunciação particular” e “são proferidos em tom sentencioso, apresentam um *ethos* específico” (itens vii e viii, respectivamente), esses dois itens serão discutidos conjuntamente, dada a proximidade entre eles. É fato que um provérbio não é exclusivo de uma enunciação; porém, mais do que uma citação, aproxima-se mais de um discurso indireto livre, quando o locutor ao mesmo tempo em que toma para si o conteúdo do provérbio, se distancia dele por ser um enunciado que, como uma unidade significativa fechada em si mesma, vagueia pela sociedade, sem autoria, podendo ser pescada por qualquer um para compor seu dizer. No entanto, ao ser incluído em um enunciado, produzirá efeitos de sentido não por si só, mas considerando as condições de produção próprias ao aparecimento de tal enunciado, condições que simultaneamente remetem à situação imediata da enunciação – quem enuncia, para quem enuncia e sob quais circunstâncias – e às condições sócio-históricas próprias de uma formação discursiva e ideológica. Um enunciado articulará, ao mesmo tempo, o intradiscurso – o eixo horizontal de um dizer, os arranjos da materialidade linguística –, e o interdiscurso – o eixo vertical, as relações de tal dizer com os fios históricos e ideológicos, que o sustentam e propiciam sua emergência no intradiscurso. E para isso há o locutor, que assumindo uma forma-sujeito e não outra, considerando os discursos que sustentam sua constituição subjetiva, pôde produzir determinado enunciado (PÊCHEUX, 1990[1969]; PÊCHEUX, 1988[1975]; PÊCHEUX; FUCHS, 1990[1975]). O tom sentencioso, ou melhor, efeitos de sentido sentenciosos, até poderão ser produzidos na maior parte das enunciações de provérbios, no entanto está longe de ser uma regra absoluta, haja vista os dois exemplos da *Introdução* deste artigo, *Fábulas fabulosas*, de Millôr Fernandes, e a música “Bom conselho”, de Chico Buarque, além do provérbio analisado por Indursky, “Quem cedo madruga fica com sono o dia inteiro”. Muitos outros despontam no nosso cotidiano, que, perdendo o efeito de tom sentencioso, tornam-se

chistes, sobretudo se o alocutário estiver ouvindo pela primeira vez, tais como: “Amor com amor se apaga” (desdobramento de “Amor com amor se paga”), “Antes mal acompanhado do que só” (“Antes só do que mal acompanhado”), “Quem ri por último, ri atrasado” (“Quem ri por último, ri melhor”), “Deus escreve certo por linhas tortas” (“Deus escreve torto por linhas certas”), “Não deixe para amanhã, o que se pode fazer depois de amanhã” (“Não deixe para amanhã, o que se pode fazer hoje”).

Passando para o campo da psicanálise lacaniana, e agora a perspectiva passa a ser de quem ouve ou escuta os provérbios, Chemama (2002) diz que na literatura psicanalítica há muitas referências aos provérbios, em geral, trazidos de maneira indireta. Um artigo comentado por Chemama é o fragmento de um caso do psicanalista americano Norman Reider, de uma analisante sua, cuja análise não deslanchava até uma sessão em que ele cita o provérbio japonês “O cego não tem medo das serpentes”. Ele percebe que a partir desse dia, essa analisante passa a verbalizar tudo aquilo que havia rechaçado até então na análise. Esse trabalho é exposto e analisado por Safouan (1972)⁶, que tal como Reider, se interrogam sobre como a metáfora operaria no aparelho psíquico. Reider menciona que sua analisante tinha grande interesse pela cultura japonesa e, provavelmente, percebendo que havia algo em comum entre ela e o analista, a intervenção deste com o provérbio teria promovido algum efeito. Já Safouan ao retomar esse caso sustenta que o cerne da metáfora está na substituição e não nos termos substituídos. Para o autor, “no paciente o desejo [que é da ordem do inconsciente] acha-se ‘reconhecido como tal, isto é, reconhecido sem ser conhecido’” (SAFOUAN, 1975 *apud* CHEMAMA, 2002, p. 39). Para o autor, “a diferença entre dizer a uma paciente ‘você não quer ver a verdade’ e dizer-lhe ‘o cego não tem medo das serpentes’ é a diferença entre o imperativo ‘você deve saber’ e o convite ‘você pode saber’” (p. 39). Chemama (2002) interpreta que essa operação desloca o outro – o analista – para o Outro simbólico, da alteridade, da linguagem e lança, assim, a hipótese de que o provérbio anulou a presença do analista, o que fez com que a analisante de Reider pudesse dizer o que antes repelia. (LACAN, 1999[1957-1958]).

Chemama (2002) apresenta alguns trabalhos sobre o uso de provérbios em análise, dando destaque para o texto do escritor Jean Paulhan, mencionado anteriormente. Paulhan comenta em seu texto que, ao aprender o malgaxe, não se importava tanto com a sintaxe ou com o vocabulário, mas “a impressão de que faltava às suas palavras “um certo peso, um valor, um tom de convicção” (PAULHAN, 1925 *apud* CHEMAMA, 2002). Segundo o escritor, nessa língua há “uma espécie de ‘segunda língua’ malgaxe, que tem força de lei, que pode pôr fim a todas as querelas. Essa língua é, antes de tudo, constituída de provérbios” (p. 41). Chemama observa que, mesmo sem o domínio na enunciação de provérbios, Paulhan conseguia reconhecê-los e, ao respondê-los, sentia-se falar por si mesmo, “no vazio” (p. 41). Um ponto interessante que Chemama traz sobre o texto de Paulhan é que o escritor incorporou os provérbios ao seu desempenho linguístico em malgaxe sem perceber quando isso ocorreu, relato que para mim remete à apreensão de provérbios, seja em língua materna seja em línguas estrangeiras: não nos lembramos quando nem como isso se deu; só nos damos conta de que já passaram a nos constituir quando somos capazes de identificá-los ao ouvirmos e de enunciá-los em determinados contextos. Uma aposta de Chemama de como ocorre a apreensão de provérbios é que, ao menos num primeiro momento, se deve à forma do provérbio, sua sintaxe, tal como a

⁶ “Langage et satisfaction, ou de l’interprétation”, em M. Safouan, *Études sur L’Edipe*, Seuil, 1975.

apreensão de frases e depois viria o significado. Arrisco a dizer que a apreensão se dá por um conjunto de elementos: a estrutura sintática, simultaneamente associada à semântica, ao significado e, um aspecto muito importante, o ritmo. O ritmo de um provérbio parece-me ter um papel fundamental tanto para a apreensão de um provérbio, como para sua compreensão. Chociay (1991), no campo da fonética/fonologia e poética, analisa o ritmo e a motivação sonora de provérbios, mostrando que, além de sua importância, há alguns padrões que se repetem. Um ponto que é fundamental para a apreensão de um provérbio pelo locutor é qual discurso ele atualiza, a quais formações discursivas e ideológicas tal discurso se liga, condições essas necessárias para fazer ou não eco à subjetividade do locutor.

Chemama (2002, p. 49) lamenta que “a questão do provérbio tem sido relativamente negligenciada na literatura analítica”. Uma hipótese que lança para explicar essa questão é de que o provérbio poderia ser tomado por uma visão preconceituosa como uma tradição já ultrapassada, que não poderia trazer nada de novo. O autor comenta que se compararmos um provérbio com um chiste, este parece conter a novidade, a surpresa; mas isso se mostra apenas na aparência, pois “[...] se for verdade que o provérbio é o sentido no extremo de sua deterioração pelo uso, ele se torna, por isso mesmo, um significante, pronto para adquirir todos os sentidos” (p. 49). Antes de Chemama, já afirmou Foucault (1996[1970], p. 26), “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. Na seção seguinte, veremos como dois provérbios podem conter a novidade, a surpresa.

Passemos para a terceira seção deste artigo, na qual comento uma cena escolar com uso de provérbios.

“PRA BURRO SÓ FALTA PENA” E “QUANDO UM BURRO FALA, O OUTRO ABAIXA AS ORELHAS”, OU ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Retomo, aqui, o provérbio que intitula este artigo, “Pra burro só falta pena”, que era constantemente enunciado por uma professora de Música para alunos da 5ª e 6ª séries, em 1975 e 1976, numa escola estadual de um bairro periférico de Campinas, SP, quando alguns alunos faziam alguma pergunta que ela considerava descabida, ou não compreendiam alguma tarefa que ela passava ou alguma coisa que dizia. Muitos alunos, com idades entre 11 e 12 anos, não conseguiam entender o que a professora estava querendo dizer com esse provérbio. Trago novamente, aqui, duas referências já citadas na seção 2 deste artigo, Ferrari e Siqueira (2020) e Ghiraldelo (1993), pesquisas que confirmam a dificuldade de crianças até, aproximadamente, uns 12 anos em compreender a linguagem figurada de muitos provérbios, e mostram ainda que, com o avanço da idade, a capacidade de compreensão tende a melhorar. Os que o entendiam, ou por já terem o raciocínio abstrato mais desenvolvido ou por terem perguntado para seus pais ou irmãos mais velhos, passaram a ter ou um comportamento de cumplicidade com a professora, ou passaram a detestá-la, era isso que aparecia nas conversas entre os alunos sobre a professora nos intervalos das aulas. Os cúmplices da professora riam quando ela desacatava alguns alunos, procurando, provavelmente, se filiar a ela; os que se opunham a ela, se calavam. Vale registrar também que as “aulas de Música” consistiam em copiar da lousa no caderno as letras de música, em geral folclóricas, patrióticas ou que eram tocadas em rádios, e depois cantar todos juntos a música até o final de cada aula de 45

minutos. Assim foram dois anos inteiros da disciplina Música para aquelas 5^a e 6^a séries. E toda essa cantoria não levou a apresentação alguma desses alunos, que fosse numa festa da escola apenas para os próprios colegas. É de se interrogar quantos outros conteúdos poderiam ter sido ensinados mesmo sem recursos materiais. Poderiam ser as notas musicais, os gêneros musicais, a vida de grandes músicos, classificações e extensões vocais feminina e masculina, dentre outras possibilidades, numa época de difícil acesso à informação, quando os recursos materiais eram escassos, pois os estudantes contavam com poucos livros e revistas em suas casas e seus pais eram pouco escolarizados (quando eram).

A professora, descendente de japoneses, e com menos de um metro e meio de altura, vestia sempre saias e calçados com salto. Anabela, era muito calada, enunciava poucas frases nas aulas, era formada em piano e violão clássico, estava com idade entre 30 e 40 anos, se dizia que era solteira, e aquele ano de 1975 foi o seu primeiro naquela escola. Foi também “um balde de água fria” para os alunos, que, sabendo da formação da professora em piano e violão clássico, construíram muitas expectativas acerca das aulas da nova professora: se ela iria introduzir os alunos num conhecimento musical, ou até mesmo ensinar umas primeiras aulas de violão, ou se iria ensinar sobre os grandes músicos nacionais e internacionais, ou se formaria um coral na escola, como alguns já os conheciam das igrejas que comumente frequentavam, ou viam em programas musicais televisivos ou em filmes, também exibidos na TV.

A enunciação desse provérbio pela professora era assimétrica, já que ela ocupava uma posição hierarquicamente acima dos alunos, além de enunciar tal provérbio em público, na frente de todos os alunos. Não raro um outro provérbio também era usado, quando mais de um aluno falava ao mesmo tempo: “Quando um burro fala, os outros abaixam as orelhas”. Por ser direto, esse era bem mais compreensível pelas crianças. Parece bem claro que a professora tinha os alunos em sua “mais alta conta”.

À luz do quadro de referências teórico da AD, a enunciação frequente dos dois provérbios pela professora de Música poderá ser vista por um outro ângulo. Ambos os provérbios não “passam um ensinamento de maneira sumária”, o que já põe por terra uma das características dos provérbios juntadas por Reboul (1975). O que os provérbios passam de maneira sumária é a ofensa aos alunos, denominando-os metaforicamente de “burros”, em outras palavras, aos olhos da professora, eles eram: não inteligentes, tolos, estúpidos. A professora emitia sua opinião sobre os alunos, escondendo-se atrás de tais provérbios, que funcionavam como um escudo, já que se valera de um dito antigo sem autoria e, com isso, poderia se isentar da responsabilidade por sua enunciação, da ofensa a muitos alunos. Os provérbios seriam mais do que citações de outros textos; funcionavam como discurso indireto livre, que passavam a integrar as enunciações da professora. Como afirmam Chiaretti e Tfouni (2012) sobre os genéricos discursivos, neste caso os provérbios, eles estão integrados ao contexto da enunciação e ao interdiscurso, o que, acrescento, validaria a avaliação que a professora fazia dos alunos. É como se esses genéricos, ilusoriamente, tirassem a responsabilidade do locutor pelo seu dizer, já que remetem ao Outro, lacaniano, um Outro imaginariamente não barrado, um Outro todo poderoso, cujo saber supostamente seria completo e verdadeiro.

Calcada na abordagem da AD em interface com a psicanálise lacaniana, Tfouni e Tfouni (2007) analisam o genérico discursivo “Guião: Entra burro; sai ladrão”, usado

frequentemente para se referir a uma escola pública de Ribeirão Preto, SP, em cujo nome consta o termo “Guião”. Nessa acurada análise, os autores mostram como o uso do genérico tem como princípio o gozo de quem enuncia, assim como o gozo dos que se põem no espaço criado por tal enunciação, os alunos. Os autores demarcam que o “termo ‘gozar’ [...] vem da Psicanálise e é usado para comentar aspectos subjetivos do assujeitamento ideológico (cf. ZIZEK, 1999⁷), ou as formas pelas quais o gozo pode funcionar como força que captura o sujeito” (p. 293). Ressaltam que esse genérico não é usado apenas para essa escola ribeirão-pretana, mas para outras escolas brasileiras, o que mostra uma das representações (imaginárias) de escola – pública, é bom que se diga – no país. E tal enunciado é proferido tanto por agentes escolares, como pelos alunos, e pela sociedade, de modo geral. Acrescento, aqui, o caso de uma professora das séries iniciais em uma das escolas onde desenvolvi o projeto, uma escola pública, que resultou na publicação Ghiraldello (1993), que costumava dizer que o seu trabalho era de “desasnar” os alunos. É curioso como comumente o aluno de escola pública é tomado como “burro” ou “asno” simplesmente por desconhecer um assunto, ou em alguns casos por ele ter dificuldade de aprendizagem de algum conteúdo. Em escolas privadas, de maneira bem diferente, quando os agentes escolares se deparam com um aluno nessa condição, costumam acionar os pais, ou os responsáveis, para procurarem auxílio de psicólogos, psicopedagogos, neurologistas. Em síntese, enquanto o aluno de escola pública é tomado como “burro”, “asno”, o de escola privada, em situação semelhante, é tomado como “aluno com dificuldade de”, frase que pode ter o complemento “aprendizagem”, “comportamento”, “sociabilidade”. Com base no estudo de Tfouni e Tfouni (2007), voltando à professora de Música, muito provavelmente ela gozava ao enunciar o provérbio “Pra burro só falta pena”, talvez sobretudo porque boa parte dos alunos ainda não compreendia esse provérbio; gozavam ainda os alunos que a ouviam e se punham como cúmplices dela e os que “vestiam a carapuça”.

Esses usos dos dois provérbios equivalem a castigos numa época, 1975 e 1976, e num meio urbano, Campinas interior de São Paulo, quando os castigos corporais nas escolas, como o uso de palmatória e de réguas ou varas para surrar os alunos, já tinham sido extintos, mas vigoravam “os castigos de cunho moral, que visavam a incutir o sentimento de vergonha e humilhação nos alunos” (GRAÇA, 2002⁸ *apud* ARAGÃO; FREITAS, 2012). Acrescento que nessa mesma época, nessa mesma escola, vigoravam outros tipos de castigos, como ficar em pé próximo à lousa de costas para os colegas, podendo esse castigo durar uma ou mais aulas, passar o intervalo sozinho na sala de aula, ser humilhado diante dos colegas e receber pontos negativos por mau comportamento, que incidiriam no rebaixamento da nota final do bimestre. Em outras escolas da mesma cidade ainda vigoravam alguns castigos corporais, como pôr o aluno de joelhos na frente da classe de costas para os colegas, pôr de joelhos sobre grãos de milho ou feijão, assim como puxões de cabelo e de orelhas. Esse contexto faz parte das condições de produção amplas e, ao mesmo tempo, restritas ao aparecimento desses dois enunciados, os provérbios, nas enunciações da professora de Música. A questão é: por que se referir a um provérbio diante de perguntas legítimas de alunos por não conhecerem uma nova

⁷ ŽIŽEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 297-331.

⁸ GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés-de-anjo e letreiros de neon: ginásianos na Aracaju dos Anos Dourados**. São Cristóvão: Ed. Da UFS, 2002.

palavra ou por não entenderem a letra da professora na lousa ou por não entenderem alguma coisa que ela dizia?

Discordando de uma das características dos provérbios arroladas por Reboul (1975), a de que os destinatários dos provérbios são anônimos, no caso dos dois enunciados pela professora de Música, os alocutários não eram anônimos; ao contrário, eram bem definidos: crianças de 11 e 12 anos, de uma escola pública de um bairro operário, de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Provérbios enunciados por uma professora, cujo papel já lhe conferia poder sobre os alunos, em sala de aula, em situações em que os alunos mostravam vontade de saber, pois perguntavam, produzem efeitos de sentido que seriam muito diferentes se esses provérbios fossem enunciados no intervalo das aulas de um aluno para outro, cujas relações, ainda que pudessem ser assimétricas pelas mais variadas razões, seriam menores do que entre professora e alunos. Para muitos dos alunos, ainda incapazes de compreenderem bem as metáforas, o provérbio mais usado pela professora (“Pra burro só falta pena”) era inteiramente novo, o que nos faz voltar à reflexão de que mesmo as expressões aparentemente carcomidas pelo tempo, poderão se revelar completamente novas para determinados alocutários.

Um parêntese para uma breve divagação. Conjecturando que a professora de Música tivesse preferência pelo uso de provérbios, haveria alguns deles que poderiam ser usados nas enunciações, caso seu propósito fosse, de fato, ensinar, não humilhar os alunos. Para incentivá-los a cantar: “Quem canta, seus males espanta”, “Quem não arrisca, não petisca”; para incentivá-los a melhorarem seus desempenhos musicais, a construir conhecimentos: “De raminho em raminho, o passarinho faz seu ninho”, “De grão em grão, a galinha enche o papo”, “Roma não se fez num dia” (só lembrando que o estudo da formação do Império Romano fazia parte do conteúdo de História da 6ª série, o que seria um bom motivo para estabelecer a interdisciplinaridade); para incentivá-los a cantarem em grupo: “Uma andorinha só não faz verão”; para mostrar o acolhimento da professora para com a dúvida, o não saber do aluno: “Se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé”, cabendo evidentemente, aqui, uma explicação sobre Maomé.

Para concluir este artigo, interessa-me desse fato, considerar o ponto de vista dos alunos que, por meio do silêncio, que também era momentâneo – só ocorria nas aulas, enquanto não cantavam –, não por tomarem os provérbios de maneira conformista, aderindo à opinião da professora, mas justamente ao contrário: como resistência, pelo processo de desidentificação (PÊCHEUX, 1988[1975]) ao conteúdo dos provérbios e, conseqüentemente, às formações discursivas e ideológicas às quais os dois provérbios se inscrevem e, naturalmente, de resistência à professora. (Nem sempre “quem cala consente”!) São derivas de sentidos pelos alocutários-crianças, que tomaram o enunciado “pra burro só falta pena”, o mais difícil de ser interpretado, como uma provocação, a qual os fez pensarem a respeito, resistirem, o que tornou essa enunciação muito produtiva para essas crianças. Por quê? Três desses alunos, que tinham a expectativa de, na escola com essa professora que também era musicista, aprender a tocar, um pouco que fosse, violão, flauta ou gaita, três instrumentos acessíveis a eles, percebendo que “daquele mato não saía coelho”, começaram a estudar violão com um conhecido professor do bairro – que era bombeiro por profissão e músico e professor por paixão – que depois do expediente de trabalho e nos finais de semana oferecia aulas particulares. Outros alunos desse grupo dos “calados”, quando adolescentes e já podiam circular pela cidade por meio de transporte público, passaram a frequentar as diversas apresentações da Orquestra

Sinfônica Municipal de Campinas, assim como outras apresentações musicais, sobretudo as realizadas em espaços públicos e que eram gratuitas. Muito provavelmente essas atitudes não originaram das aulas dessa professora; de certa forma já faziam parte dos desejos desses alunos, de suas subjetividades, mas é muito provável que foram essas aulas tão vazias de conteúdo, tão insossas que foram a faísca para buscarem por “conta e risco” conhecimentos sobre música, atitudes que sinalizam possíveis deslocamentos subjetivos desses alunos.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria. G. B. de. Práticas de castigos escolares: enlases históricos entre normas e cotidiano. **Conjectura: Filosofia e Educação**, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1648/1024>; acesso em 10 ago. 2020.
- CHEMAMA, Roland (1994). **Elementos lacanianos para uma psicanálise no cotidiano**. Tradução de Francisco Franke Settineri e Patrícia Ramos. Porto Alegre: CMC Editora, 2002.
- CHIARETTI, Paula; TFOUNI, Leda V. "Evangelho das mães": genéricos discursivos em revistas femininas. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 31-43, 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702012000100005&lng=pt&nrm=iso; acesso em 10 ago. 2020.
- CHOCIAY, Rogério. Ritmo e motivação sonora em provérbios e frases feitas. **Alfa**, São Paulo, v. 35, p. 55-64, 1991. Disponível em <https://periodicos.felar.unesp.br/alfa/article/view/3857/3553>; acesso em 20 set. 2020.
- FERRARI, Caroline G.; SIQUEIRA, Maity. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura: uma comparação entre a compreensão de provérbios por crianças e adultos. **DELTA**, São Paulo, v. 36, n. 2, 2020360204, 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502020000200403&lng=en&nrm=iso; acesso em 20 set. 2020.
- FOUCAULT, Michel (1969). **A arqueologia do saber**. 3. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel (1970). **A ordem do discurso**. 2. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GHIRALDELO, Claudete M. **A emergência da memória em textos produzidos por crianças**. Dissertação de Mestrado. Araraquara, SP: Unesp, 1993.
- INDURSKY, Freda. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. **Signo y Señal**, número 24, diciembre de 2013, pp. 91-104 Facultad de Filosofía y Letras (UBA). Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5033390>; acesso em 10 set. 2020.
- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente (1957-1958)**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. (Campo Freudiano no Brasil).
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. (Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha). São Paulo: Cortez, 2004.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**, 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani *et al.* Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel (1975). **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni P. Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

REBOUL, Olivier. **O slogan**. Tradução de Ignácio Assis Silva. São Paulo: Cultrix, 1975.

TFOUNI, Leda V. **Letramento e alfabetização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TFOUNI, Fábio E. V.; TFOUNI, Leda V. “Entra burro; sai ladrão” – o imaginário sobre a escola materializado nos genéricos. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 293-311, mai./ago. 2007.

XATARA, Cláudia M.; SUCCI, Thais M. Revisitando o conceito de provérbio. **Revista de Estudos Linguísticos Veredas on line - Atemática** - 1/2008, p. 01-04 - PPG Linguística/UFJF - Juiz de Fora. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25193>; acesso em 17 set. 2020.

Artigo recebido em: out. de 2020.

Aprovado e revisado em: nov. de 2020.

Publicado em: dez. de 2020.

Para citar este texto:

GHIRALDELO, Claudete Moreno. “Pra Burro Só Falta Pena”: deslocamento subjetivo através de provérbio. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, on-line, www.entremeios.inf.br], Seção Temática, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 22, p. 222-235, jul. - dez. 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol22pagina222a235>